



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



CULTURA
ACADÊMICA
Editora

O lugar da política em para uma ontologia do ser social:

a politicidade enquanto um modelo da Práxis

Rafael dos Santos Alcantara

Como citar: ALCANTARA, R. S. O lugar da política em para uma ontologia do ser social: a politicidade enquanto um modelo da Práxis. *In*: DEO, A.; SARTORETTO, L. (org.).

Determinações do Mundo do Trabalho: centralidade do trabalho, lutas sociais e crítica da economia política. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 317-328.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-11-8.p317-328>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

O LUGAR DA POLÍTICA EM PARA UMA ONTOLOGIA DO SER SOCIAL: A POLITICIDADE ENQUANTO UM MODELO DA PRÁXIS.

Rafael dos Santos Alcantara

INTRODUÇÃO

O presente projeto de pesquisa surgiu do debate um tanto polêmico, no que diz respeito à centralidade do trabalho¹ e no âmbito do complexo da política, levantada por Carlos Nelson Coutinho (2008), de que György Lukács, em sua exemplar obra “Para uma Ontologia do Ser Social”, teria apresentado a política de forma insatisfatória, visto que o autor dedica-se apenas quarenta páginas ao tema (discutida no terceiro capítulo intitulada “O ideal e ideologia”). A partir dessa afirmação, surgiram diversos autores que questionam tal afirmação, abrindo assim um campo de debate no interior das Ciências Sociais em torno dessa questão.

Ranieri Carli, no ensaio “A política em György Lukács” afirma que a política em “Para uma Ontologia do Ser Social” é o “elo mais fraco”

¹ As pesquisas orientadas pela centralidade do trabalho compreendem que as sociedades se organizam em função da transformação da natureza através da mediação das ações humanas.

dessa obra. Porém, Ranieri entende que nesta obra, diferentemente da problemática levantada por Carlos Nelson Coutinho, abre as possibilidades de reproduzir teórica e corretamente o que vem a ser a política. Ainda mais, sugere que Lukács e Antônio Gramsci, no que diz respeito ao arcabouço teórico-metodológico, podem convergir, ou seja, podendo a compreensão de um autor ser suporte para o outro (CARLI, 2013).

Segundo Ronaldo Vielmi Fontes (2015) em um artigo publicado pela revista “Trabalho & Educação”, coordenado pelo núcleo de estudos sobre Trabalho e Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)², também tem a pretensão de elucidar como Lukács aborda a temática da política. Segundo Fontes, a afirmação de que Lukács tenha dado uma abordagem insatisfatória à problemática da política parte de interpretação equivocada, e que a forma como é tratada a política condiz inteiramente com aquilo que ele se propõe. Sendo assim, em “Para uma Ontologia do Ser Social” Lukács se orientaria desde o começo sobre os fundamentos do que venha ser a política. Porém, a política como um pôr teleológico – especificamente um pôr teleológico de segundo grau –, isto é, como uma forma de prévia ideação que requer certo conhecimento da realidade objetiva a fim de transformá-la, e não de uma teoria geral da política do Estado e das instituições políticas de forma autônoma.

Tanto Carli (2013) quanto Fontes (2015) entendem que não se pode confundir Estado com política, uma vez em que o primeiro só pode ser efetivamente fundado em uma sociedade dividida em classes sociais. Consequentemente, a política só pode ser efetivamente compreendida se levar em conta as especificidades de cada época, assim como afirma o próprio Lukács em outros momentos³.

A hipótese deste trabalho é que Lukács aborda o problema do complexo da política, porém, sob uma ótica muito diferente da forma hegemônica no interior do debate marxista⁴, tal como afirma Fontes (2015). Não uma política centralizada na figura do Estado ou das instituições políticas realizando uma oposição entre forças sociais e políticas, mas

² Artigo intitulado “A dialética entre o ideal e o material: considerações sobre o complexo categorial da política na obra tardia de Lukács.”

³ Ver em LUKÁCS, G. *Socialismo e democratização: escritos políticos 1956/1971*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

⁴ Entendemos que o debate hegemônico sobre o tema da política encontra-se nos escritos de Antônio Gramsci, Lênin e Louis Althusser e em seus respectivos comentadores.

como um complexo do ser social. Contudo a política enquanto modelo de realização dos indivíduos a fim de resolver problemas de caráter organizativo decorrente da transformação da realidade. Sendo assim, nosso desafio não se restringe em investigar se há ou não a esfera da política na obra de Lukács, mas sim *os meios que permitem os homens a realizar essa atividade*. Deste modo, investigaremos os princípios ontológicos fundamentais que permitem compreender os vínculos efetivos existentes entre a dimensão ideal da sociabilidade humana com a esfera material da reprodução da vida.

Nessa ótica, a atividade política adquire uma caracterização no interior da atividade humana oferecendo mais uma abordagem sobre o tema. Entendemos que essa noção permeia a maior parte, pois esse complexo deve ser visto enquanto uma totalidade – nunca é demais enfatizar que o autor húngaro, por conta dos procedimentos de sua exposição, não trata o complexo da política a todo o momento – e diluir esse debate em pouco mais de quarenta páginas, tal como feita por Carlos Nelson Coutinho, é criar uma caricatura sobre a problemática de Lukács.

O DESAFIO DE GYÖRGY LUKÁCS EM “PARA UMA ONTOLOGIA DO SER SOCIAL”

Filósofo húngaro, Lukács dedicou a maior parte da sua vida ao campo da filosofia – mais especificamente, em assuntos que dizem respeito à estética e à ética. A obra “Para uma Ontologia do Ser Social”, consistiu numa tentativa de refundação do marxismo e de realizar uma exaustiva luta contra a consolidação do dogma stalinista (a corrente que abandona a tradição hegeliana enquanto elementos constituidores do pensamento marxiano); assim como faz uma contundente crítica a algumas correntes filosóficas daquele período – trata-se do neopositivismo⁵ e o existencialismo⁶. Assim, este autor estabelecerá uma incisiva crítica a todo pensamento mecanicista e economicista, derivado especialmente da vertente stalinista, assim como a outros filósofos contemporâneos.

⁵ Segundo Lukács, o neopositivismo é uma vertente da filosofia do século XX variada do positivismo em que absolutiza os meios homogêneos da matemática para decifrar de maneira definitiva os fenômenos sociais (LUKÁCS, 2012).

⁶ Corrente da filosofia que trata o ser humano como ponto de partida, e que trata problemas ontológicos autônomos da natureza como irrelevantes na constituição do metabolismo da sociedade e do ser social.

“Para uma Ontologia do Ser Social”, obra que têm por volta de mil páginas, surgiu da ideia – de longa duração – de criar uma “Ética” de orientação marxista. Deste modo, esta obra configura-se enquanto introdução acerca de uma “Ética”.

No interior dessa obra, Lukács confronta algumas das principais correntes filosóficas de sua época, isto é, toda corrente do irracionalismo que afirmava a eternidade do capitalismo; contra o estruturalismo que cancelava os homens enquanto constituidores de sua história; contra o neopositivismo e sua regulação linguística para a filosofia que tem por base a aceitação dos resultados da lógica matemática e a matematização generalizada de todas as ciências; e contra o stalinismo, também conhecida como vulgata marxista, que dava ênfase ao aspecto econômico como principal motor da história. Tudo isso, ao mesmo tempo em que delineava sobre os princípios mais fundamentais da ética marxista.

No interior da obra de maturidade de Lukács, é famosa a afirmação de que o ser social é um “complexo de complexos”, do qual cada momento é constituído por uma dialética imanente compondo a totalidade concreta do gênero humano (LUKÁCS, 2014). O trabalho, a ciência, a arte, a filosofia, a moral são alguns desses vários complexos da atividade humana. A política, embora deva ser compreendida dentro do marco histórico, também se insere neste complexo da atividade humana, sobretudo porque assimila em si uma prévia ideação que devem, necessariamente, atuar sobre o a realidade social.

Ademais, Lukács demonstrará os complexos que permeiam o ser social, buscando neles suas principais especificidades. Encontrará no trabalho, enquanto relação do homem com a natureza, o momento privilegiado do salto ontológico e a protoforma de todas as demais mediações do homem com a realidade social.

Com o trabalho, portanto, dá-se ao mesmo tempo, no plano ontológico, a possibilidade do desenvolvimento superior dos homens que trabalham. Já por esse motivo – mas, antes de mais nada, porque se altera a adaptação passiva, meramente relativa, do processo de reprodução do mundo circundante é transformado de maneira consciente e ativa -, o trabalho se torna não simplesmente um fato no qual se expressa a nova peculiaridade do ser social, mas ao contrário, precisamente no plano ontológico, também se converte no modelo de toda nova forma de ser. (LUKÁCS, 2009, p. 230).

Sendo assim, o trabalho humano cria uma objetividade nova, que não se apresenta na natureza, conferindo à práxis qualquer conduta social ativa.

“Para uma Ontologia do Ser Social” é composto de dois volumes e um manuscrito intitulado “Prolegômenos para uma Ontologia do Ser Social”. No primeiro volume, Lukács voltará sua crítica ao que diz respeito ao método ontológico. Nesse sentido, o autor realizará diversas críticas ao neopositivismo e ao existencialismo, por julgar que existem, no interior do marxismo, correntes que se vinculam a essas tradições filosóficas. Também levantará a importância de Nicolai Hartmann e de Hegel na constituição de um método ontológico de cunho materialista. Por fim, centralizará seus esforços a expor o método marxista, inaugurando novas formas de encarar o projeto de Marx. No segundo volume, Lukács reorienta sua crítica aos complexos que compõe a genericidade humana além de realizar uma contundente crítica as correntes filosóficas que cancelam as possibilidades compreender o mundo dos homens de forma genérica – dentre elas ao liberalismo e as correntes que derivam ou se vinculam a ela. Alguns autores denominarão a primeira parte como histórica e a segunda como sistêmica (LESSA, 2012).

Para Lukács, fundar uma ontologia de viés materialista é de fundamental importância para superar matrizes meta-históricas no interior da filosofia do século XX, atribuindo a própria efetividade do modo de ser, a produção e reprodução da realidade social. Mais efetivamente, Lukács entende a ontologia como modalidade real e concreta da existência do ser social (LUKÁCS, 2012).

O SER SOCIAL: A CONSTANTE TENSÃO ENTRE GENERICIDADE E SINGULARIDADE.

Karl Marx reconhece na atividade vital consciente (o trabalho) aquilo que nos diferencia dos demais seres da natureza ao afirmar que

O animal é imediatamente um com a sua atividade vital. Não se distingue dela. É *ela*. O homem faz da sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência. Ele tem atividade vital consciente. Esta não é uma determinidade (Bestimmtheit) com a qual ele coincide imediatamente. A atividade vital consciente distingue o homem imediatamente da atividade vital animal. Justamente, [e] só por isso, ele é um ser genérico. (MARX, 2009, p. 87).

É exatamente por determinar a atividade consciente como especificidade do homem que Marx pode realizar sua crítica à alienação do trabalho como raiz de todos os complexos de alienações⁷. Mais adiante Marx afirma que o “trabalho estranhado inverte a relação a tal ponto que o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua essência, apenas um meio para sua existência.” (MARX, 2009, p. 85). E, a partir do mundo organizado pelo Capital, o homem que trabalha reduz-se à mera particularidade, uma vez em que sua atividade vital, que o distingue da natureza, é subsumida ao processo de alienação.

A lição que Lukács retém de Marx é que a genericidade humana, transposta pela atividade vital dos seres humanos, se colide com a singularidade da qual está submetido às especificidades da história. No caso, a atividade que cria objetividade nova – que não se apresenta na natureza – aparece subsumida aos imperativos do Capital.

Este ponto é fundamental para entendermos a política no interior da obra de Lukács porque não é possível pensar esta atividade de forma geral sem levar em conta as especificidades de cada época. A política como real forma de organização dos indivíduos só pode ser compreendida se levada em conta sua historicidade. Nesse sentido, não há em Lukács, assim como em Marx, nenhum determinismo que exclua o devir histórico e as alternativas concretas das ações humanas.

Portanto, a genericidade humana e a singularidade não constituem uma separação, mas uma unidade dialética. Na práxis, o ser social realiza tanto a dimensão genérica quanto a dimensão singular individual.

Na maior parte da obra analisada, está diluída essa lição e levada às últimas consequências. Somente nesse quadro, a prática social do homem é tomada em sua autêntica peculiaridade e com categorias que lhe são próprias.

A POLÍTICA ENQUANTO PRÁXIS SOCIAL.

Em “Para uma Ontologia do Ser Social” Lukács trabalha com a hipótese de que não há formas de sociabilidade sem a práxis política. Ou

⁷ Na tradução dos Manuscritos econômico-filosóficos que utilizamos, o tradutor toma alienação por estranhamento. Porém, para evitar certos equívocos preferimos manter o significado antigo.

seja, a sociabilidade humana, em sua totalidade, está permanentemente vinculada à política.

Ainda mais complexo é determinar idealmente com alguma precisão o lugar da práxis política no âmbito da própria ideologia. Aqui também é preciso remontar antes de tudo ao fato ontologicamente fundante. Não pode haver nenhuma comunidade humana, por menor que seja, por incipiente que seja, na qual e em torno da qual não aflorassem ininterruptamente questões que, num nível desenvolvido, habituamo-nos a chamar de políticas. (LUKÁCS, 2012, p. 502).

Para entendermos tal hipótese é necessário captar o comportamento político para além de uma sociedade cindida em classes, isto é, elevá-la a universalidade.

Lukács define a política “como um complexo universal da totalidade social”, porém, “trata-se de um complexo da práxis, mais precisamente, da práxis mediada” (2012 p. 502). Por ser justamente um complexo da práxis mediada, a política não pode ser um complexo universalmente tão idêntico e espontâneo, tal como o complexo da linguagem.

O propósito da atividade política, como aponta o autor, está sempre direcionada para a totalidade da sociedade, com o intuito de transformar ou até mesmo de conservar o existente. Assim Lukács explica:

A política é uma práxis que, em última análise, está direcionada para a totalidade da sociedade, contudo, de tal maneira que ela põe em marcha de modo imediato o mundo fenomênico social como terreno do ato de mudar, isto é, de conservar ou destruir o existente em cada caso; contudo, a práxis desencadeada desse modo inevitavelmente é acionada de modo mediado também pela essência e visa, de modo igualmente mediado, também à essência. A unidade contraditória de essência e fenômeno na sociedade ganha na práxis política uma figura explícita. Do ponto de vista imediato dos pores teleológicos com intenção política, a união indissolúvel e a unidade de essência e fenômeno são tanto seu ponto de partida inescapável como seu fim necessariamente posto. Porém, justamente por causa dessa unidade imediatamente dada

de essência e fenômeno, a práxis política é, em sua relação com a essência, que decide quanto à sua efetividade em última análise, mas só em última análise, uma práxis mediada. (2012, p. 502-503).

Lukács entende que a política, em sua dimensão genérica, pode ser realizável em diversos espaços da vida social, sempre que o destino da genericidade humana for colocado em questão. A política pode ser o elemento de elevação da vida cotidiana dos indivíduos, tal como a arte, a ética, a filosofia e etc. Sendo assim, a política – e aqui já podemos caracterizá-la como uma forma de práxis – pode nos afastar do mero momento da singularidade e aproximar-se da genericidade humana.

Até o momento, Lukács trabalha com duas possibilidades de apreensão sobre a política: a) a primeira, de forma mais abstrata, no sentido de suspensão da singularidade dos indivíduos rumo a genericidade; b) ao mesmo tempo em que esta deve ser compreendida em sua historicidade. Ao compreender esses dois momentos, Lukács supera a ambivalência entre a interação dos fatores objetivos e dos fatores subjetivos no interior da atividade política, polemizando com a vertente que dá ênfase ao determinismo econômico e com a vertente que autonomiza a ideologia em relação aos fundamentos econômicos dos acontecimentos históricos.

Para enfrentar essa polêmica, Lukács determina a posição da política no quadro da *atividade ideal* dos homens, passando a compreender a prática da politicidade em seus traços ontológicos essenciais. Ao realizar essa tarefa, Lukács compreende os vínculos efetivos existentes entre a dimensão ideal da sociabilidade humana com a esfera material da reprodução da vida. Sendo assim, o complexo da política não adquire o mero sentido de mediação dos conflitos sociais, mas de uma real atividade do complexo social.

Para distinguir a especificidade da política, Lukács realiza uma divisão nas formas de “pores” teleológicos: posições teleológicas primárias e posições teleológicas secundárias. A primeira diz respeito ao trabalho, isto é, forma de práxis privilegiada do ser social do qual os indivíduos se apropriam da natureza para a produção de seus meios de subsistência; a segunda é os “pores” teleológicos que visam à transformação da sociedade, isto é, a finalidade de induzir os outros indivíduos a desempenhar

função específica. A política é uma das formas do desenvolvimento do pôr teleológico secundário justamente porque procura induzir de um determinado comportamento de um coletivo.

Segundo Lukács (2012), das posições teleológicas secundárias emergem as formas de ideologia, pois é através dessa forma em que os indivíduos tornam-se conscientes de seus conflitos. A ideologia é a categoria que sempre diz respeito à função social exercida por uma ideia.

A ideologia é, sobretudo, a forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir. Desse modo, surgem a necessidade e a universalidade de concepções para dar conta dos conflitos do ser social; nesse sentido, toda ideologia possui o seu ser-propriadamente-assim social: ela tem sua origem imediata e necessariamente no *hic et nunc* social dos homens que agem socialmente em sociedade. (LUKÁCS, 2012, p. 465).

Portanto, a política é a atividade envolvida pelo pôr teleológico secundário. Assim como a ideologia, é também através da política que os indivíduos tomam consciência da realidade para intervir nela. Porém, a política não implica apenas em tomar consciência de seus conflitos, mas também de uma atividade, ou seja, uma práxis social. Deste modo, podemos caracterizar a atividade política – a politicidade – enquanto um modelo de práxis.

REFERÊNCIAS

- CARLI, R. *A política em György Lukács*. São Paulo: Cortez, 2013.
- FONTES, R. A dialética entre o ideal e o material: considerações sobre o complexo categorial da política na obra tardia de Lukács. *Trabalho & Educação*, UFMG, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 215-231, jan./abr. 2015.
- LESSA, S. *Mundo dos homens: trabalho e ser social*. 3. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- LUKÁCS, G. *Socialismo e democratização: escritos políticos 1956/197*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2012.

- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- LUKÁCS, G. *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Rio de Janeiro: Editora URFJ, 2009.
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2009.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995.
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- CHASIN, J. *Marx: Estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- COULTINHO, C. N. Lukács, a ontologia e a política. In: ANTUNES, R.; REGO, W. D. L. [Org.]. *Lukács um Galileu no século XX*. São Paulo: Boitempo, 1996. p. 16 - 26.
- DEL ROIO, M. *O império universal e seus antípodas: a ocidentalização do mundo*. São Paulo: Ícone, 1998.
- DEL ROIO, M. (org.). *György Lukács e a emancipação humana*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- DURKHEIM, É. *As regras do Método Sociológico*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- EVANGELISTA, J. E. *Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno*. São Paulo: Cortez, 2002.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. v.1.
- HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 2004.
- HELLER, A. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- JAMESON, F. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2000.
- LÊNIN, V. I. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986. t. 6.
- LESSA, S. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2007.
- LUKÁCS, G. *História e consciência de classe: estudos de dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LUKÁCS, G. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- LYOTARD, J. F. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2008.
- MARX, K. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

- MARX, K. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1984a. v.1. t. 1.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1984b. v.1. t. 2.
- MÉSZÁROS, I. *Filosofia, ideologia e ciência social*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MÉSZÁROS, I. *O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- NETTO, J. P. *Lukács e a crítica da filosofia burguesa*. Lisboa: Seara Nova, 1978.
- NOVAES, H. T. *O retorno do caracol à sua concha*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- PINASSI, M. O. *Da miséria ideológica à crise do capital: uma reconciliação histórica*. São Paulo: Boitempo, 2009.